

Ação pede doação de drogas anti-Aids

ESTADO DE SÃO PAULO

*Promotor diz que
secretaria não garantiu
que remédio será
fornecido rapidamente*

LÍGIA FORMENTI

O Ministério Público de São Paulo ingressou com ação civil pública para obrigar o Estado a distribuir desde já aos pacientes portadores de HIV remédios de última geração. A ação foi proposta sexta-feira, um dia depois de a Secretaria de Saúde anunciar que iria fornecer os medicamentos aos pacientes.

"A secretaria não deu nenhuma garantia de que a distribuição vai ocorrer rapidamente", afirmou o promotor de Justiça e Cidadania José Marcelo Menezes Vigliar, responsável pela ação. Dia 19, organizações não governamentais ingressaram com uma representação pedindo que a ação fosse proposta. Na semana passada, en-

quanto estudava o caso, Vigliar informou que foi procurado por representante da Secretaria de Saúde. "Ela pedia para que suspendêssemos o pedido", disse. Vigliar explicou as razões de não ter atendido a solicitação: "As medidas anunciadas são muito genéricas", disse.

Vigliar criticou a decisão da Secretaria de Saúde de distribuir os remédios somente depois da licitação. "Sabemos que esse procedimento demora muito

mais do que 40 dias, como foi anunciado", afirmou. Segundo o promotor, a secretaria poderia alegar urgência e adquirir, desde já, os remédios.

A ação foi protocolada na 11ª Vara da Fazenda Pública, com pedido de liminar. "Podemos até perder,

mas é nosso dever tentar impedir que a distribuição do remédio se retarde por problemas burocráticos", afirmou. A Secretaria de Saúde, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que não iria se manifestar, pois, até ontem, não havia sido notificada da ação.

VIGLIAR:
"MEDIDAS
ANUNCIADAS
SÃO GENÉRICAS"